ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PONTA DELGADA – E.P.E.

PONTA DELGADA

FEVEREIRO DE 2023

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 22 de fevereiro de 2023, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, a fim de proceder à audição da Dra. Manuela Margarida Anglin Ferreira de Melo Cabral Gomes de Menezes, indigitada pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo da Ponta Delgada – E.P.E.

O *Curriculum Vitae* da Dra. Manuela Margarida Anglin Ferreira de Melo Cabral Gomes de Menezes fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

"A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores" (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

"A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição." (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que "O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos" (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).

2º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

A Dra. Manuela Margarida Anglin Ferreira de Melo Cabral Gomes de Menezes, na qualidade de gestora indigitada para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo da Ponta Delgada – E.P.E., começou por fazer uma breve apresentação do seu percurso académico e profissional e por destacar algumas das suas competências profissionais e pessoais. Assim, referiu que é licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Após a conclusão da licenciatura, decidiu continuar estudos e ingressou na Universidade de Harvard, em Boston, onde frequentou o "Intensive Integrated Skills Course". De volta aos Açores, tirou nova licenciatura, mas em Psicologia, um mestrado em Ciências Económicas e Empresarias, com especialização em Gestão de Recursos Humanos e recentemente iniciou um Doutoramento nesta mesma área. Para a Dra. Manuela Gomes de Menezes, as suas áreas de formação complementam-se, porque nada existe sem pessoas, pelo que estudar as formas de oferecer e criar melhores condições de vida para todas as pessoas, independentemente da sua riqueza, é uma mais-valia.

Quanto ao seu percurso profissional, deu nota que iniciou a sua atividade como técnica superior na Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, à qual se seguiu já uma longa experiência como consultora sénior de empresas com especial enfoque em estratégia empresarial, gestão de recursos humanos, planos de negócio, elaboração de estudos de viabilidade, económico financeira, bem como de candidaturas a sistemas de incentivos de investimento. Destacou o facto de se dedicar a causas sociais e o facto de ter sido membro da Direção da Mãe de Deus, Associação de Solidariedade Social, tendo sido posteriormente Diretora daquela mesma instituição e responsável pela gestão executiva da mesma. No exercício destas funções, expandiu a sua atividade registando um balanço financeiro equilibrado e com a crescente situação patrimonial líquida. No presente, é docente convidada na Universidade dos Açores.

No que toca à sua ação para o Hospital Divino Espírito Santo (HDES), a presidente indigitada fala em valorização dos recursos humanos, eficiência na gestão hospitalar e articulação do HDES com o serviço regional e o serviço nacional de saúde como os três vetores pelos quais se pretende reger, sem nunca descurar o diálogo necessário à paz social no espaço de atuação. Para a Dra. Manuela Gomez de Menezes, um dos desafios que se coloca é conseguir "um quadro de profissionais robusto, eficiente e altamente qualificado para responder à missão deste hospital, onde os seus colaboradores se sintam valorizados e que encontrem no HDES um local natural de eleição para o seu crescimento profissional e pessoal e que sejam motivados". A nova

presidente do Conselho de Administração do HDES acrescentou que "será importante garantir a todo o momento as melhores práticas de gestão executiva de modo geral e de gestão hospitalar de forma mais particular. Desta feita, há a ressalva da eficiência da gestão hospitalar, atendendo a que o Conselho de Administração do HDES tem a responsabilidade de garantir que os recursos são usados de forma eficiente", salientando os objetivos do HDES devem ser alcançados com o mínimo de gastos possível. No seu discurso, deixou nota da intenção de se prosseguir com a continuada acreditação dos mais relevantes sistemas de gestão de qualidade, de modo a imprimir maior exigência e padrões de qualidade aos serviços prestados. Ainda neste seguimento, e para alcançar este desígnio, falou da importância de se apostar na transformação digital e no investimento que terá de ser feito na informatização dos dados dos utentes, para garantir a eficiência e integridade operacionais, bem como permitir novas formas de comunicação com os utentes.

Por último, mencionou a importância da articulação do HDES com os restantes agentes da saúde pública, quer sejam públicos ou privados, numa lógica de saúde preventiva e de literacia da saúde, isto é, uma articulação plena com os cuidados de saúde primários, desde logo com as Unidades de Saúde, os Centros de Saúde e Postos de Saúde.

Finda a sua explanação inicial, foi aberta a primeira ronda, tendo-se inscrito os deputados Ana Quental (PSD) e Tiago Lopes (PS).

A deputada Ana Quental (PSD) começou por referir que os recursos humanos são o eixo mais importante de uma instituição, principalmente numa que trabalha com pessoas para pessoas, como é o caso do HDES. Sabendo da dificuldade que é em captar e reter talentos na Região, embora nos Açores já se tenha definido um conjunto de incentivos para os profissionais da saúde, a deputada quis saber quais os planos da nova Presidente indigitada para contornar esta questão e conseguir, efetivamente, ter no HDES os recursos humanos especializados necessários.

Em resposta, a Dra. Manuela Gomes de Menezes referiu que os profissionais de saúde estão extremamente cansados porque saíram de uma situação muito complicada que ainda se mantém, pelo que têm de ser sobejamente valorizados e congratulados. "Sabemos que não temos médicos e enfermeiros suficientes", afirmou Manuela Gomes de Menezes, adiantando que a solução passa, em grande parte, por reforçar as condições para a fixação de profissionais de saúde no arquipélago.

Para além disso, acrescentou que existem muitas características no HDES que não existem noutros hospitais, desde logo a possibilidade de um médico poder acompanhar todo o percurso de um doente, desde a sua entrada no hospital até ao momento em que tem alta. Ademais, o HDES tem tecnologia de ponta que nem todos os hospitais têm. A nova Presidente falou ainda na possibilidade de os médicos poderem lecionar na nossa Academia, de se criarem parcerias com a Universidade e outros hospitais para que os médicos e enfermeiros do HDES possam desenvolver investigação na área da saúde e até na possibilidade de se lecionar o curso de medicina, na totalidade, na Universidade dos Açores, passando de 3 para 6 anos, de modo a que os alunos possam fazer o internato no HDES, aumentando a possibilidade de se quererem fixar cá.

Confrontada com a relação com o Hospital Internacional dos Açores, a Dra. Manuela Gomes de Menezes salientou que este "será sempre um desafio que teremos".

O deputado do PS, Tiago Lopes, relembrou a Dra. Manuela Gomes de Menezes das afirmações do governante de que a sua indigitação tinha sido uma decisão do Conselho do Governo e que não seria porta-voz dela, tendo a nova Presidente referido que se sente completamente tranquila com as declarações feitas Secretário Regional da Saúde, no sentido de que já teve várias oportunidades de conversar com o Dr. Clélio Meneses, adiantando que "foi uma das primeiras pessoas que falou comigo e que me pôs completamente à vontade para responder a quaisquer questões sobre a situação do HDES. Sendo o senhor secretário membro do Governo, tendo sido uma decisão do Governo, naturalmente, foi uma decisão concertada entre todo o Governo", afirmou.

O deputado Tiago Lopes (PS) voltou a insistir na instabilidade no HDES e se não fora Clélio Meneses a convidá-la para o cargo, tendo a Presidente indigitada reiterado o que já havia mencionado, mormente o apoio recebido por parte do Secretário Regional da Saúde.

Na segunda ronda de questões, inscreveram-se as deputadas Vera Pires (BE), Ana Quental (PSD) e Patrícia Miranda (PS).

A deputada Vera Pires (BE) solicitou uma explanação mais pormenorizada acerca da forma como efetivamente e objetivamente pretende a nova Presidente reter os recursos humanos já existentes e atrair novos.

Em jeito de esclarecimento, a Dra. Manuela Gomes de Menezes reiterou o que já havia dito e admitiu a existência de carências: "Nós sabemos que não temos nem médicos nem enfermeiros suficientes para conseguirmos alcançar mais e dar melhor resposta aos nossos doentes. Quando se pensa reduzir as listas de espera, dar mais consultas, naturalmente que isto implica não só mais gastos mas também implica mais pessoas. As pessoas não se conseguem superar. Por isto, neste momento o que temos de ter é, efetivamente, mais pessoas connosco. E como é que o conseguimos? Com pacotes mais aliciantes para que se fixem cá. É uma questão para pensar futuramente", realçou, não querendo dar mais pormenores.

Já a deputada Ana Quental (PSD) iniciou a sua intervenção criticando a posição do Partido Socialista que se apresenta na audição com uma postura intriguista, não se preocupando com aquilo que verdadeiramente importa – a garantia de uma adequada prestação de cuidados de saúde aos açorianos. Feita esta nota preambular, questionou a Presidente indigitada acerca da sua visão estratégica de futuro para o HDES, como forma de reduzir a pressão que aquele hospital sente, em particular as urgências, por serem a porta de entrada de muitos utentes.
Em resposta, a Dra. Manuela Gomes de Menezes sublinhou que não se pode falar de um Sistema Regional de Saúde apenas centrado no HDES, uma vez que este é uma parte integrante de um todo, pelo que é necessário trabalhar em rede. Abordou a questão de mais de 60% das urgências não serem urgências. "Isto resolve-se com um Serviço de Atendimento Urgente (SAU) nos cuidados de saúde primários. Temos de saber informar muito bem os nossos utentes de quais são os serviços que estão ao seu dispor porque não têm que recorrer à urgência por toda e qualquer razão.". A nova administradora lembrou que os açorianos têm "imensas portas" de acesso aos cuidados de Saúde na região, mas, muitas vezes, "por desconhecimento", recorrem sistematicamente aos serviços de urgência hospitalar, provocando mais pressão sobre os serviços e gerando mais demora na resposta. Na sua opinião, "As pessoas não estão devidamente informadas sobre as escolhas que estão à sua disposição", por isso deve haver uma aposta na informação positiva, dar a conhecer as escolhas e a qualidade dos serviços prestados. A terminar, acrescentou que é também necessário continuar a trabalhar na redução das listas de espera em cirurgia, exames e consultas, mas também no reforço do quadro de pessoal do HDES, o maior da Região.

Ainda nesta ronda, a deputada Patrícia Miranda (PS) solicitou esclarecimentos acerca da visão e dos princípios estratégicos pensados a curto, médio e longo prazo, nomeadamente do ponto de vista financeiro. Questionou a nova Presidente acerca da sua equipa e dos critérios valorizados

na escolha dos membros a integrarem o Conselho de Administração, uma vez que que um dos fatores de instabilidade do HDES no último ano e meio foi exatamente a composição do Concelho de Administração como um todo e, por fim, como via o HDES daqui a quatro anos sob a sua liderança, quer do ponto vista das listas de espera, quer dos objetivos gerais.

A Dra. Manuela Gomes de Menezes foi perentória na sua resposta, explicando que apenas com um conhecimento profundo da realidade do HDES, após a sua tomada de posse e consulta de todos os dossiês, é que estaria em condições de dar algumas das respostas solicitadas. De qualquer forma, relembrou os vetores de atuação que pretende seguir, tendo em conta a sustentabilidade financeira do HDES. A nova administradora referiu que "Há sempre, haverá sempre uma pressão a nível de custos hospitalares em qualquer região do mundo e São Miguel não é de maneira alguma uma exceção para termos efetivamente de uma boa prática, uma prática de qualidade, excelência e humanizada."

De acordo com a Dra. Manuela Menezes, "nunca se poderá falar que o HDES está falido. O HDES não está, de maneira alguma, falido. O HDES tem uma situação patrimonial líquida positiva. Tem ativos muito superiores ao seu passivo e isto deixa-nos mais tranquilos", acrescentando que se pretende manter esta trajetória.

No que concerne à composição do HDES, confirmou que o Dr. Luís Almeida e a Enfermeira Diretora, Lúcia Rodrigues se vão manter na sua equipa e explicou que este novo Conselho de Administração, como realçou que a mesma vai ter competências muito diversas. "Vai ser um mix com conhecimentos técnico-científicos de medicina, de enfermagem, de economia, de gestão, de gestão de recursos humanos e inclusivamente de pareceres jurídicos. Vai ser um conselho muito complementar que, certamente, vai dar frutos no nosso hospital com respostas bastante positivas", afirmou.

Insistindo nas questões colocadas, a deputada Patrícia Miranda (PS) solicitou respostas mais pormenorizada, referindo, "porque, de facto, para o PS é importante que se perceba de que forma terá essa gestão em consideração, uma vez que essa instabilidade foi tornada publica várias vezes, quer pelo departamento de informática, quer pela unidade de Oncologia e também pela própria Ordem dos Médicos, é importante saber como terá esse histórico em consideração e como pretende revertê-lo." A deputada foi esclarecida que se pretende fazer uma gestão que garanta a sustentabilidade financeira a par de uma prestação de cuidados de saúde adequada. Para tal, "não só todos os profissionais de saúde que trabalham no HDES têm de confiar no Conselho de Administração como o Conselho de Administração tem que ter confiança total em

todos os seus talentos." Para o efeito, prometeu uma auscultação constante dos enfermeiros e dos médicos, de todos os profissionais de saúde, referindo que "o Conselho de Administração estará sempre à disposição e disponível tanto para médicos como todos os outros profissionais de saúde" num "clima de interação, de confiança e de credibilidade".

Na terceira e última ronda, pediram a palavra os deputados Salomé Matos (PSD), Catarina Cabeceiras (CDS) e Tiago Lopes (PS).

A deputada social-democrata, Salomé Matos, fez uma nota preambular relembrando que o atual Governo conseguiu, em apenas dois anos, reverter a situação verificada em matéria de Saúde na Região. Relembrou, neste âmbito, o trabalho na valorização das carreiras dos profissionais de saúde e a redução de listas de espera. Lamentou, ainda, a falta de manutenção do HDES por parte do Governo do Partido Socialista, deixando um enorme problema para o atual Governo resolver.

Feita esta exposição inicial, e pensando numa ótica de otimização dos cuidados de saúde, questionou quais são as estratégias pensadas para o combate à iliteracia na área da saúde.

Em resposta, a Presidente indigitada referiu que a informação deverá ser trabalhada no sentido positivo, e o próprio HDES poderá também apostar em formas de fazer chegar às pessoas informação sobre as suas escolhas. A divulgação dos meios que as pessoas têm ao seu dispor pode também ser feita pela autarquia, pelos bombeiros, pela própria polícia e até Juntas de Freguesia. A par disso, dever-se-á apostar mais nos cuidados primários de saúde.

De seguida, a deputada Catarina Cabeceiras (CDS) começou por enaltecer os resultados alcançados no HDES nos últimos dois anos, nomeadamente na diminuição das listas de espera ou a diminuição do tempo médio de espera por uma cirurgia e questionou a nova administradora acerca da sua estratégia para manter e melhorar ainda mais estes mesmos. Perguntou, ainda, quais as três principais prioridades no que concerne à sua atuação.

Em nota de esclarecimento, a Dra. Manuela Gomes de Menezes frisou que o bom trabalho é para ser mantido. Acrescentou que na sua exposição inicial já tinha referido os seus vetores de atuação, sendo que a definição de ações específicas enquadradas na estratégia só poderá acontecer após um profundo conhecimento da realidade do HDES. Após tomar posse e conhecer todos os dossiês, e após falar com os vários colaboradores do HDES, estará em condições de dar uma resposta mais pormenorizada.

Por último, usou da palavra o deputado Tiago Lopes (PS), que iniciou a sua intervenção traçando o quadro financeiro do HDES, referindo que o Governo Regional cortou cerca de 3,5 milhões de euros no orçamento da instituição, por comparação ao ano anterior, e que as demonstrações financeiras referentes ao terceiro trimestre de 2022 das empresas do setor público empresarial regional, nomeadamente o HDES, evidenciam um agravamento do resultado operacional em 8,8 milhões de euros e um resultado líquido que se degrada. Para além do exposto, relembrou que houve um aumento da dívida a fornecedores na ordem dos 5,5 milhões de euros. Apresentado este cenário, questionou se, perante o orçamento disponível, o trabalho a desenvolver ficaria comprometido, lembrando que há uma série de compromissos assumidos. Perguntou, ainda, qual será a estratégia delineada para fazer face aos desafios com que se depara e inverter estes maus resultados.

Em resposta, a Dra. Manuela Gomes de Menezes disse não reunir as condições necessárias, de momento, para responder de forma clara às questões. Tal só será possível após a sua tomada de posse. Relembrou, porém, que a dívida a fornecedores, em termos de prazo médio de pagamento, tem vindo a diminuir de uma forma abismal. Há três anos era de mais de 100 dias do que é atualmente. Acrescentou, ainda, que o HDES tem uma situação patrimonial líquida positiva, apresentando ativos muito superiores ao seu passivo.

3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PS: A falta de experiência em gestão hospitalar, o facto de não ter plano ou estratégia para, por um lado, resolver os problemas com os profissionais de saúde, mantendo elementos da anterior administração e, por outro, para reverter ou estabilizar o agravamento dos resultados evidenciados nas mais recentes demonstrações financeiras, a que acresce o facto de uma instituição que sofreu com múltiplas intervenções de elementos do Governo Regional, como foram exemplo, as declarações públicas do Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto, aquando da comunicação da indigitação, induzem a subsistência de dúvidas relativamente à devida e necessária pacificação governativa e gestionária para com a instituição, pelo que o GPPS/Açores emite parecer de **abstenção** à nomeação da Dr.ª Manuela Gomes de Menezes para o desempenho do cargo de Presidente de Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo.

PSD: Após a audição da Dr.ª Manuela Gomes de Menezes, e tendo por base o seu currículo bem como o seu percurso académico, consideramos que a mesma reúne as condições para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital Divino Espírito Santo, pelo que o parecer do GPPSD/Açores é **favorável**.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emite parecer **favorável** à nomeação da Dr.ª Manuela Gomes de Menezes para o Conselho de Administração do HDES.

A Representação Parlamentar do CH emite parecer **favorável** à nomeação da Dr.ª Manuela Gomes de Menezes para o Conselho de Administração do HDES.

O Grupo Parlamentar do BE emite parecer **de abstenção** relativamente à nomeação da Dr.ª Manuela Gomes de Menezes para o Conselho de Administração do HDES.

A Representação Parlamentar do IL emite parecer **de abstenção** relativamente à nomeação da Dr.ª. Manuela Gomes de Menezes para o Conselho de Administração do HDES.

Ponta Delgada, 28 de fevereiro de 2023.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório **foi aprovado por unanimidade**.
Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)